

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos 15 dias do mês de abril de um mil novecentos e noventa e sete, às 10:00 horas, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária - CAP - PR - no Centro Administrativo Dr. Luiz Antônio Amatuzzi de Pinho, presidido pelo Capitão de Mar-e-Guerra Alfredo Fonseca Barcellos, com a presença dos Conselheiros José Anibal Petrágia, Luiz Ivan de Vasconcellos, José Silvio Gori, Wilson Moraes da Silva, Júlio Monteiro de Souza, Divaldo Correa, João Gilberto Cominese Freire, Carlos Roberto Frisoli, Antônio Jairo Matoso, Maria do P.S. de Oliveira Macário da Cruz, Divaldo Correa, José Roberto de Almeida Correa, Luiz Fernando de O. Mazzitelli, Pedrinho Antonio Furlan, Mario Manoel das Dores Roque, Hélio Alves dos Santos, Wilson Barbosa Tavares.

Convidados - Edmound Fatuch, Diretor do Porto de Antonina, Eli Nilson da Silva, da Sadia, Geraldo Marfurte, da Petrobrás como ouvintes. Participaram, ainda, para falar sobre **Seguros** o Engº José Armando W.P. Jeronymo, Paulo Thomas de Aquino, Paulo Guilherme Barbosa Rebelez e Arlete do Rocio Machado, Gerente da Agência do. Bamerindus de Paranaguá, (todos credenciados pelo IRB).

Antes da leitura do Expediente e aprovação da Ata o Sr. Presidente, atendendo solicitação da APPA pelo ofícios n.ºs. 278/97 de 07.04.97 e 294/97 de 11.04.97, apresentou e concedeu ao palavra ao Engº José Armando W.P. Jeronymo, especialista em seguros para explanar aos conselheiros sobre a Modalidade de Seguro que interessa aos Operadores Portuários, tendo em vista o seu desejo de redução dos valores dos Prêmios do Seguro Obrigatório.

Em seguida, o Superintendente da APPA justificou o pedido feito ao Engº e especialista da área de Seguros, face a necessidade dos Operadores Portuários terem de atender o pagamento do Seguro Obrigatório. Referiu-se, em seguida, ao limite mínimo estabelecido pela APPA de R\$ 500.000,00 dizendo que a saída para reduzir o custo é a adoção de Apólice Coletiva, se os Operadores Portuários entenderem assim.

Usando a palavra o Engº José Armando W.P. Jeronymo, informou que sua empresa fez um estudo para o Porto de Paranaguá e que sua proposta é do estudo coletivo de Resseguros seguida de uma contratação individual de apólice, o que reduziria substancialmente o custo para os Operadores Portuários.

Como todo o assunto seria esmiuçado na reunião marcada para o SINDOP, no período da tarde, o debate sobre o assunto foi abreviado e encerrado. Agradecendo a presença e as explicações do Engº José Armando W.P. Jeronymo, sobre a questão do Seguro Obrigatório no Porto, Sr. Presidente deu continuidade aos trabalhos da reunião.

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

EXPEDIENTE:

Justificativa de Ausência - Pedro Antônio Bueno de Camargo, José Carlos Gomes Carvalho, Carlos Roberto Frisoli.

Abertura da Reunião e aprovação da ATA anterior - O Sr. Presidente submeteu à aprovação a ATA da 41ª Reunião Ordinária que foi aprovada por unanimidade.

Operadores Portuários - Existem 63 Operadores Portuários Pré-Qualificados.

Termo de Posse - Foi lido o Termo de Posse no Bloco do Poder Público, como representante Titular do Município para um mandato de 2 anos, o Prefeito Mário Manoel das Dores Roque, nomeado através da Portaria nº 86, publicada no Diário Oficial da União de 07/03/97.

Em seguida o Sr. Presidente convidou o recém-nomeado para assinar no Livro de Posse, considerando-o, empossado.

Resoluções do CAP - Foram emitidas as resoluções 002 a 006/97, datadas de 07 de março de 1997.

Correspondência Recebida - Foi lida, a pedido do Superintendente, José Anibal Petrágli, carta da Wilson Sons 0782/97 E-N de 02.04.97, onde informa a respeito de todas as fainas de reboque feitas pela Superpesa e que envolveram o reboque do casco do navio Nedlloyd Recife e, ao final pede reconsideração da pena imputada pela Autoridade Portuária, Reportando-se a respeito o Superintendente da APPA enfatizou o ineditismo da situação e justificou que a multa foi aplicada à firma em virtude de não terem sido cumpridas as Normas do Regulamento do Porto.

Observações:

01. O Conselheiro Jairo Matoso, preocupado com o mercado de trabalho dos avulsos, considerou que esse transporte constitui uma Operação Portuária e, no entanto, nenhum trabalhador foi requisitado.

02. Os Conselheiros, José Luiz Boabaid, Luiz Fernando Mazzitelli e Jairo Antônio Matoso enalteceram a forma como a APPA, vem se comportando na defesa dos interesses do Porto de Paranaguá.

Em seguida foram lidos ofícios nºs 278/97-APPA de 07.04.97 e de 11.04.97, referindo-se ao seguro Obrigatório por parte dos Operadores Portuários e solicitando autorização para a presença do especialista em Seguros, Engº José Armando W.P. Jeronymo.

Também foi apresentado o ofício 295/97-APPA, de 11.04.97, informando sobre a necessidade de reajuste de alguns itens tarifários. Como a Comissão Tarifária não pode reunir-se, como estava agendado - dia 14.04.97, ficou definido pelo Presidente e consenso do

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

Conselho, que tão logo a Comissão conclua sobre os ajustes de Tarifa Portuária solicitados pela APPA, o CAP poderá reunir-se extraordinariamente.

Ordem do Dia - Relatório Gerencial da APPA: O Conselheiro Luiz Ivan de Vasconcellos fez o relatório abordando o Movimento de Cargas, com destaque para os *graneis sólidos, líquidos e contêineres*; O Movimento de Navios, Tempos de Espera por tipo de cargas, depois referiu-se aos equipamentos e ao Corredor de Exportação. Mencionou os seguintes *fatos relevantes*: Até 25.04.97 estão programados 22 navios pra carregar 510.000 toneladas de soja e 470.000 de farelos; sobre o *Districenter*, disse que os serviços do DER estão concluídos devendo continuar com a firma vencedora da licitação "*Empreiteira Caramuza*"; disse que aconteceu em 24.03.97 incêndio na Correia T-11 voltando a operar em 31.03.97. O relatório circunstanciado foi entregue a cada um dos Conselheiros e constitui apêndice desta Ata.

O Conselheiro Machiavelli ressaltou que o pico da safra seria no mês de abril e que deverá ocorrer um aumento de cerca de 20% na movimentação de soja e decréscimo na de farelo, e explicou que as condições do mercado é que ditam esse comportamento. O Superintendente da APPA informou que o movimento de mercadorias em 97 deverá ser superior a 20 milhões de toneladas, enquanto o Conselheiro e Prefeito Mário Manoel das Dores Roque, destacou premente necessidade de ser disciplinado o tráfego de caminhões na cidade. O Superintendente lembrou sua proposta de terceirização do Pátio de Caminhões e sobre os problemas fundiários devido as invasões que precisam ser resolvidas, e disse que a idéia de novo Pátio deve ser levada adiante. Depois destacou a necessidade de uma adequação entre o Porto e a retro-área, no sentido de operar 24 horas. Em seguida referiu-se ao processo do Districenter e o fato da COAMO ter comprado uma rua que, se fosse fechada estrangularia o tráfego de veículos na área. Completou dizendo que a COAMO cedeu aquela área ao porto.

O Conselheiro João Gilberto Cominese Freire, disse que, "devemos estar preparados para trabalhar 24 horas que nada custa mais caro que navio parado". Destacou as vantagens do Porto 24 horas.

Foi solicitado que os próximos Relatórios Gerenciais sejam apresentados de forma escrita e distribuídos aos Conselheiros, em especial as estatísticas de movimentação de cargas.

Relatório das Comissões: O Relator da Comissão de Acompanhamento do Treinamento Portuário, Hélio Alves dos Santos informou que foi feita uma reunião na Capitania dos Portos e que as diretrizes a respeito foram estabelecidas restando apenas saber com o Diretor do OGMO, se haveria participação do SENAC e do SENAI na cessão de suas instalações. Segundo o Presidente do CAP, CMG Alfredo Fonseca Barcellos não há necessidade de criação de espaço físicos novos, pois isso poderia onerar o custo portuário já que existem vários Centros para contribuir para a formação de portuários. Depois o relator da Comissão fez a distribuição da Ata da Comissão de Treinamento Portuário que se reuniu em 11.03.97, que se encontra apensa a esta.

Tendo em vista as colocações da Conselheira Maria do Socorro sobre o Plano de Desenvolvimento e Zoneamento relacionando-os com a interferência do Ministério dos Transportes na questão dos chamados "Contratos de Adesão", na área do Porto Organizado de

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

Paranaguá, o Sr. Presidente de acordo com a preocupação da Conselheira deferiu à Comissão de Acompanhamento do Zoneamento e do Melhoramento e Infra-Estrutura do Porto a elaboração de um ofício em que seja colocado a posição do CAP, mesmo diante do fato de a APPA já ter se manifestado a respeito junto ao Ministério dos Transportes.

O Conselheiro Pedrinho Antônio Furlan quis saber se o trabalho 24 horas do Porto estava sendo acrescentado para os outros segmentos na área do porto e foi aparteado pelo superintendente que lembrou que desde 1995 existe no CAP estudo de um Novo Horário de Trabalho no Porto de Paranaguá, tendo o Sr. Presidente, transferido à Comissão de Operações Portuárias o assunto para que ela se manifeste a respeito e, o Conselho possa decidir depois. O Superintendente em seguida passou às mãos dos Conselheiros o Relatório do Fundo de Dragagem, cujo saldo em 31/03/97, foi de R\$ 4.907.801,30.

No encerramento o Sr. Presidente transmitiu aos Senhores Conselheiros que o Contra-Almirante José Ribamar Miranda Dias, Secretário Executivo do GEMPO, juntamente com todos os representantes do Governo Federal nas áreas do Porto estará presente em Paranaguá, na Capitania dos Portos para fazer balanço geral do processo de modernização dos portos. A programação feita para os dias 17 e 18/04/97 prevê reuniões com a direção portuária, os Operadores Portuários e os Trabalhadores. Disse que o convite foi feito a todos os segmentos e aguarda a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente, encerrou a reunião agradecendo a participação de todos, marcando a nova reunião para a primeira sexta-feira do mês de abril de 1997, tendo eu, *Ivany Marés da Costa*, lavrado a presente ATA, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros.